



DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS DO RN
Av. Senador salgado filho, 1808, Centro Administrativo do Estado - Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59075-000
Telefone: e Fax: @fax_unidade@

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 03310019.001543/2025-13

TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS PARA PROMOÇÃO DE MELHORIAS NA MOBILIDADE URBANA DA AVENIDA ENGENHEIRO ROBERTO FREIRE

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

A Avenida Engenheiro Roberto Freire, situada na zona sul da cidade do Natal/RN, é um dos mais relevantes eixos de mobilidade urbana da capital potiguar. Estendendo-se entre os bairros de Capim Macio e Ponta Negra, a via desempenha papel estratégico para o deslocamento diário de milhares de pessoas, concentrando intensa atividade econômica e social, com presença significativa de empreendimentos comerciais, instituições de ensino e equipamentos turísticos.

Além de sua relevância urbanística e econômica, a avenida constitui o principal acesso à Praia de Ponta Negra, um dos maiores polos turísticos do estado, onde se localiza o principal parque hoteleiro da cidade. Sua função como eixo estruturante de mobilidade e desenvolvimento urbano reforça a necessidade de intervenções de requalificação viária e melhoria da mobilidade, alinhadas às diretrizes do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), no qual o projeto foi contemplado, conforme Portaria MCID nº 767/2024.

O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de definir o objeto, as especificações técnicas, as condições de execução, os critérios de medição e pagamento, e os demais elementos necessários à contratação de empresa especializada para a elaboração dos estudos e projetos voltados à melhoria da mobilidade urbana da Avenida Engenheiro Roberto Freire, em Natal/RN, assegurando a aderência aos objetivos estratégicos do DER/RN, o cumprimento das normas técnicas e legais aplicáveis e a compatibilidade com os parâmetros orçamentários e operacionais definidos no planejamento do DER/RN.

2. DO OBJETO

2.1. Contratação de empresa especializada para elaboração de estudos técnicos, projetos básico e executivo de engenharia visando à promoção de melhorias na mobilidade urbana ao longo de trecho da Rodovia Estadual RN 063, compreendido entre o km 0,00 km e o km 3,30, a Avenida Engenheiro Roberto Freire, abrangendo área urbana do município de Natal/RN.

3. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A Avenida Engenheiro Roberto Freire apresenta atualmente problemas relacionados com o elevado fluxo viário, travessias urbanas inseguras, deficiências em acessibilidade e deficiência de infraestrutura para modos ativos de transporte (pedestres e ciclistas). A contratação tem por objetivo subsidiar futuras intervenções de requalificação viária, com foco na segurança, eficiência, sustentabilidade e mobilidade urbana.

O presente documento estabelece as metodologias e os procedimentos técnicos que deverão ser adotados na execução dos Estudos e Projetos para a Avenida Engenheiro Roberto Freire. O principal objetivo desta contratação é desenvolver um estudo aprofundado que possibilite a implementação de soluções eficazes para a melhoria da mobilidade urbana em uma das vias mais estratégicas da Zona Sul de Natal.

A proposta visa a otimização do fluxo viário por meio da identificação e correção de gargalos no trânsito, reduzindo congestionamentos e aprimorando a fluidez da circulação de veículos e do transporte público. Além disso, o projeto buscará incorporar medidas para garantir maior segurança e acessibilidade a motoristas, ciclistas e pedestres, promovendo um ambiente urbano mais eficiente e integrado.

3.1. Objetivo Geral

O principal objetivo é desenvolver soluções funcionais para a via, realizar estudos e desenvolver projetos executivos para garantir maior fluidez no tráfego, aprimorar a segurança viária e promover a integração eficiente com outros modais de transporte, de forma a otimizar a mobilidade urbana e a qualidade dos deslocamentos.

3.2. Objetivos Específicos

- Eliminar ou reduzir os pontos críticos de congestionamento ao longo da via, por meio de intervenções geométricas, requalificação de interseções e melhorias na sinalização horizontal e vertical;
- Realizar levantamento detalhado do tráfego atual da via, identificando os principais pontos de congestionamento e conflito viário;
- Aprimorar a segurança viária para todos os usuários da via, com foco especial na proteção de pedestres e ciclistas, por meio da implantação de dispositivos de segurança e da readequação dos espaços de circulação;
- Promover a acessibilidade universal e a integração entre os diferentes modais de transporte, favorecendo a conectividade entre o transporte público, modos ativos (como a bicicleta e a caminhada) e o transporte individual;
- Requalificar a infraestrutura existente, incluindo sistemas de pavimentação, drenagem urbana e calçadas, garantindo

conformidade com as normas técnicas e promovendo maior conforto e segurança nos deslocamentos;

- Estimular a sustentabilidade da mobilidade urbana, priorizando intervenções que favoreçam o transporte coletivo e os meios não motorizados, alinhando-se às diretrizes de planejamento urbano sustentável;
- Levantar e descrever possíveis impactos ambientais, sociais e econômicos que poderão ocorrer durante e após a execução das intervenções, bem como informar quais são as medidas mitigadoras para os possíveis impactos identificados, além da elaboração de todos os estudos ambientais (planos e programas ambientais) que os órgãos ambientais competentes julgarem necessário para o licenciamento ambiental das atividades obrigatórias de licenciamentos ambientais;
- Desenvolvimento de anteprojeto e projeto executivo de engenharia;
- Estabelecer diretrizes técnicas e operacionais que sirvam de base para a elaboração do projeto executivo de engenharia;
- Elaborar o projeto executivo de engenharia para implantação das soluções propostas, incluindo todos os elementos técnicos necessários para posterior execução da obra;
- Reduzir o tempo de deslocamento e aumentar a eficiência operacional da via, por meio da adoção de soluções modernas de engenharia viária e de gestão inteligente do tráfego.

4. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. CONTEXTUALIZAÇÃO INICIAL

A Avenida Engenheiro Roberto Freire (trecho urbano da RN-063) possui uma extensão aproximada de 3,30 km e largura variável entre 25 m e 30 m. Sua configuração atual compreende duas pistas separadas por canteiro central, com duas a três faixas por sentido em determinados trechos. Ao longo de sua extensão, contabilizam-se cerca de 18 interseções, das quais ao menos cinco são controladas por semáforos, fator que impacta significativamente o desempenho do tráfego.

Trata-se de uma das vias mais movimentadas da cidade de Natal, com fluxo diário superior a 60.000 veículos. Além do tráfego de veículos particulares, a via se destaca como um dos principais corredores do transporte público urbano e intermunicipal, abrigando aproximadamente 10 linhas regulares, entre as quais se destaca a linha 73, que sozinha transporta cerca de 350.000 passageiros por mês.

Durante todo o dia é constatada intensa movimentação de veículos, sendo que, nos horários de pico, há trechos com níveis críticos de saturação. No pico da tarde, observa-se Nível de Serviço F, especialmente no sentido Capim Macio / Ponta Negra, entre a confluência com o viaduto de Ponta Negra e o entroncamento com a Rua Professor Manoel Vilar. Esse trecho possui cerca de 600 metros de extensão e é caracterizado pela presença de três interseções semaforizadas em sequência, o que configura uma condição operacional complexa para o escoamento do tráfego.

Outro ponto crítico de circulação ocorre entre a rotatória no entroncamento com a Via Costeira (Avenida Senador Dinarte Medeiros Mariz) e a Avenida Praia de Tibau, onde o nível de serviço oscila entre D e F em ambos os sentidos, durante os picos da manhã e da tarde. Apesar de sua importância estratégica, a Avenida Engenheiro Roberto Freire apresenta deficiências em sua infraestrutura viária. O pavimento encontra-se deteriorado, com desgaste acentuado, remendos e deformações, comprometendo o conforto e a segurança dos usuários. As calçadas, por sua vez, não possuem padronização adequada, dificultando a circulação de pedestres e reduzindo a acessibilidade urbana.

Além disso, a via carece de infraestrutura cicloviária segregada, dispondo apenas de uma faixa compartilhada com o transporte público, ainda que represente uma solução diante das limitações existentes, não oferece o nível de segurança ideal para os ciclistas. A sinalização horizontal mostra-se deficiente em diversos trechos, enquanto a sinalização vertical apresenta condições irregulares. Soma-se a isso a ausência de equipamentos de segurança viária e dispositivos eficazes de controle de velocidade, elementos que agravam a vulnerabilidade dos usuários e contribuem para o elevado número de sinistros registrados.

Dados do relatório "Sinistros de Trânsito - Vias Estaduais em Natal (2020-2024)", elaborado pela Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana de Natal (STTU), apontam a ocorrência de 1.140 sinistros no período, resultando em 337 feridos e 7 óbitos. As áreas com maior concentração de acidentes estão localizadas entre o viaduto da BR-101 (Complexo Viário de Ponta Negra) e o entroncamento com a Avenida Solon de Miranda Galvão, além do trecho da rotatória no encontro com a Rota do Sol.

Diante desse cenário, torna-se imperativa a elaboração de estudos técnicos e projetos executivos que possibilitem à Administração Pública planejar e implementar medidas de requalificação da via. A intervenção visa à melhoria da mobilidade urbana, à segurança viária, à acessibilidade e à integração dos diferentes modais de transporte, promovendo eficiência, sustentabilidade e qualidade de vida para os usuários da via e para a cidade como um todo.

A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual do exercício vigente, e alinha-se ao Plano Plurianual e à Lei Orçamentária Anual, conforme o art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021.

4.2. MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A motivação para a contratação dos estudos e a elaboração dos projetos de engenharia para a Avenida Engenheiro Roberto Freire está diretamente relacionada à necessidade urgente de intervenções estruturais que contemplem drenagem, pavimentação, sinalização e melhorias na mobilidade. A avenida carece de um planejamento técnico que corrija as deficiências existentes e proponha soluções que atendam de forma eficiente à crescente demanda de tráfego e acessibilidade.

A via apresenta elevado volume de tráfego diário, com nível de serviço elevado nos horários de pico que comprometem a fluidez e a segurança do trânsito. A deterioração do pavimento, a ausência de ciclovias segregadas, a precariedade da sinalização e das calçadas, associadas ao número expressivo de sinistros de trânsito registrados, reforçam a urgência de uma intervenção planejada, orientada por critérios técnicos e alinhada às políticas públicas de mobilidade urbana sustentável.

A elaboração de estudos técnicos e projetos executivos é condição indispensável para que a Administração Pública possa estruturar futura obra de requalificação da via com a devida segurança técnica, previsibilidade orçamentária e aderência

às normas urbanísticas, ambientais e de acessibilidade.

A medida alinha-se aos princípios da eficiência, do planejamento e do interesse público, previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, bem como ao dever de promover contratações sustentáveis, seguras e fundamentadas em estudos técnicos que demonstrem a viabilidade da solução. A contratação também está de acordo com o art. 18 da referida lei, que exige a demonstração da necessidade da contratação e da vantagem da solução selecionada.

Portanto, a contratação dos serviços de elaboração dos estudos técnicos e projetos executivos é não apenas oportuna, mas essencial para o enfrentamento das deficiências hoje observadas na Avenida Engenheiro Roberto Freire, permitindo ao Estado do Rio Grande do Norte cumprir sua função administrativa com racionalidade, transparência e responsabilidade técnica.

4.3. BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS QUE RESULTARÃO DA CONTRATAÇÃO

4.3.1. Benefícios Diretos:

Melhoria na mobilidade urbana, com a otimização do fluxo de veículos, transporte público, aumento da segurança para ciclistas e pedestres, com a reestruturação da ciclovia e calçada. Melhoria no acesso aos principais pontos turísticos da cidade, promovendo maior fluidez no trânsito, especialmente em períodos de alta temporada.

4.3.2. Benefícios Indiretos:

Potencialização do desenvolvimento econômico local, com a valorização dos imóveis e a atração de novos investimentos comerciais. Maior qualidade de vida para os moradores da região, com a implementação de soluções mais eficientes e seguras para o tráfego. Incentivo ao turismo, com a melhoria da infraestrutura e do acesso às praias e outras atrações turísticas da cidade.

5. ESCOPO DOS SERVIÇOS

5.1. A presente contratação tem por objeto a elaboração de estudos, anteprojeto, projeto básico e projeto executivo de engenharia para requalificação da Avenida Engenheiro Roberto Freire, em Natal/RN, abrangendo soluções voltadas à mobilidade urbana, acessibilidade, sustentabilidade e segurança viária, em conformidade com a Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/2012, a Lei nº 14.133/2021 e também as diretrizes do Plano de Mobilidade da Cidade de Natal e outras legislações aplicáveis.

5.2. Desse modo, a empresa contratada deverá realizar:

5.2.1. *Diagnóstico e Análise Técnica:*

5.2.1.1. Levantamento e avaliação da infraestrutura urbana existente, incluindo pavimentação, calçadas, drenagem, sinalização, iluminação e acessibilidade;

5.2.1.2. Elaboração de planta topográfica georreferenciada, perfis, ortofotomapas e modelos digitais de elevação e superfície (MDE/MDS);

5.2.1.3. Análise das condições estruturais e funcionais da via e do entorno (faixa de 600 m de influência).

5.2.2. *Estudos de Tráfego e Mobilidade:*

5.2.2.1. Contagem volumétrica de tráfego de veículos, ciclistas e pedestres;

5.2.2.2. Análise de pontos críticos, gargalos operacionais, projeções de demanda e níveis de serviço;

5.2.2.3. Estudos de desvio e redistribuição de tráfego durante obras;

5.2.2.4. Avaliação do sistema viário do entorno (até 600 m do eixo da avenida), com proposição de intervenções para redistribuição dos fluxos;

5.2.2.5. Análise de integração com o transporte coletivo e modos ativos.

5.2.3. *Projetos de Engenharia e Urbanismo:*

5.2.3.1. Projeto geométrico: definição do traçado, seções típicas, alinhamentos e perfis longitudinais;

5.2.3.2. Projeto de pavimentação: restauração e reforço estrutural das faixas de rolamento e calçadas;

5.2.3.3. Projeto de drenagem (micro e macrodrenagem): estudo hidrológico completo e avaliação do destino final das águas atualmente com proposição de melhorias, caso necessário;

5.2.3.4. Projeto de sinalização e segurança viária: vertical, horizontal e dispositivos de controle de tráfego;

5.2.3.5. Projeto de acessibilidade: adequação a normas da ABNT NBR 9050, com ênfase em travessias e rotas acessíveis;

5.2.3.6. Elaboração de anteprojeto, projeto básico e executivos completos;

5.2.3.7. Elaboração de maquete eletrônica (modelo 3D) para representação visual da proposta.

*Observação: Caso os estudos indiquem a necessidade de construção de Obras de Arte Especiais (como passarelas ou pontes), deverão ser elaborados seus respectivos projetos executivos, atendendo às normas técnicas aplicáveis e aos padrões de segurança estrutural exigidos.

5.2.4. *Estudos e Diagnósticos Ambientais e Urbanísticos:*

5.2.4.1. Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV);

5.2.4.2. Diagnóstico Ambiental (DA) ou outro(s) estudo(s) equivalente(s);

5.2.4.3. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil (PGRSCC);

5.2.4.4. Demais estudos, planos e programas ambientais complementares que se façam necessários à obtenção futura

do licenciamento ambiental de todos os projetos elaborados.

5.2.5. Normas Técnicas e Documentação:

- 5.2.5.1. Observância às normas da ABNT, DNIT, STTU, CONTRAN e legislações urbanísticas e ambientais vigentes;
- 5.2.5.2. Compatibilização com infraestrutura existente e planos de mobilidade;
- 5.2.5.3. Elaboração de memoriais descritivos, memórias de cálculo, especificações técnicas, cronograma físico e orçamento detalhado;
- 5.2.5.4. Acompanhamento de todos os projetos por respectivos registros de responsabilidade técnica (ARTs ou RRTs).

5.2.6. Produtos Técnicos e Modelagem BIM

- 5.2.6.1. Todos os projetos deverão ser entregues em formato **digital e impresso**, incluindo arquivos em **DWG, PDF, XLS, DOC e outras**;
- 5.2.6.2. Entrega obrigatória em formato BIM (Building Information Modeling);
- 5.2.6.3. Garantia de interoperabilidade e precisão dos modelos digitais.

5.2.7. Diretrizes e Premissas de Projeto

- 5.2.7.1. Todos os produtos deverão ser apresentados em conformidade com os padrões técnicos exigidos, garantindo segurança, eficiência e sustentabilidade à proposta de requalificação da via;
 - 5.2.7.2. Priorizar segurança viária, com foco em pedestres, ciclistas e transporte público;
 - 5.2.7.3. Considerar a utilização da área existente, evitando desapropriações;
 - 5.2.7.4. Promover integração urbana e acessibilidade universal, evitando soluções que causem segregação espacial;
 - 5.2.7.5. Adotar princípios de sustentabilidade ambiental e eficiência energética;
 - 5.2.7.6. As soluções devem estar alinhadas à Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/2012), observadas também as diretrizes do Plano de Mobilidade da Cidade de Natal.
 - 5.2.7.7. As soluções devem ser compatíveis com o conceito de cidade integrada, favorecendo a relação entre os espaços públicos e as fachadas ativas dos estabelecimentos comerciais, bem como promovendo os deslocamentos ativos (a pé e por bicicleta).
 - 5.2.7.8. Deve-se evitar, na medida do possível, projetos que resultem em segregação do espaço urbano ou afastamento dos fluxos de pedestres e ciclistas;
- 5.3. Todos os projetos deverão ser acompanhados de seus respectivos memoriais descritivos e dos Registros de Responsabilidade Técnica (ARTs ou RRTs), conforme a legislação profissional vigente.

6. FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR - RELATÓRIO DE SINISTROS VIÁRIOS

Para subsidiar a elaboração dos estudos técnicos e dos projetos executivos de engenharia, integra este Termo de Referência, como Anexo II, o relatório técnico elaborado pela Prefeitura Municipal de Natal, por meio da Subcomissão Municipal Intersectorial de Gestão de Dados (SMIGD), vinculada ao Projeto Vida no Trânsito (PVT/Natal).

O referido relatório contempla uma análise detalhada dos sinistros de trânsito registrados nas principais vias com circunscrição estadual que atravessam o município de Natal/RN, com destaque para a Avenida Engenheiro Roberto Freire (RN-063), objeto deste Termo de Referência. A base de dados utilizada no relatório compreende o período de janeiro de 2020 a setembro de 2024, fornecendo uma série histórica significativa para compreensão da dinâmica de segurança viária na região.

Entre os aspectos abordados no relatório, destacam-se:

- Quantificação e caracterização dos sinistros por tipo, natureza, faixa etária e sexo dos envolvidos;
- Período do dia e dias da semana com maior incidência;
- Tipo de veículo envolvido;
- Condição física das vítimas;
- Representações geográficas por meio de mapas de calor e pontos de ocorrência.

O relatório também contextualiza os dados à luz de eventos que impactaram o comportamento do tráfego, como a pandemia da COVID-19 em 2020, e a alteração nos protocolos de registro de sinistros sem vítimas a partir de 2024.

A contratada deverá utilizar as informações contidas no Anexo II como base para o diagnóstico situacional da área de intervenção, especialmente no que se refere à identificação de pontos críticos, vetores de risco e potenciais melhorias para mitigação de sinistros e promoção da segurança viária.

A integração das informações do relatório ao processo de elaboração dos estudos e projetos é considerada essencial para garantir que as soluções propostas estejam alinhadas com a realidade local, contribuindo de forma eficaz para a melhoria da mobilidade urbana e redução de acidentes ao longo do trecho da RN-063 compreendido entre os quilômetros 0,00 e 3,30 km.

7. UNIDADE DE MEDIDA DO OBJETO

Em conformidade com o disposto no art. 6º, inciso XXIV, e no art. 18, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, bem como nas orientações constantes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais normativos aplicáveis, a unidade de medida do objeto contratual deve refletir de forma objetiva, mensurável e compatível com a natureza intelectual e técnica dos serviços a serem prestados.

7.1. Definição da Unidade de Medida

7.1.1. Considerando que o objeto envolve serviços técnicos especializados de elaboração de estudos, anteprojeto, projeto básico e projeto executivo de engenharia, a unidade de medida adotada será:

Conjunto (lote único), correspondente ao trecho integral da Avenida Engenheiro Roberto Freire, com extensão aproximada de 3,30 km, entre o Km 0,00 e o Km 3,30 da Rodovia Estadual RN-063.

7.1.2. A adoção do **lote único** justifica-se em razão da interdependência técnica, funcional e metodológica das etapas de elaboração dos projetos e estudos, que exigem tratamento integrado e contínuo de todas as disciplinas envolvidas (tráfego, drenagem, pavimentação, sinalização, acessibilidade e meio ambiente).

7.2. Forma de Mensuração e Pagamento

7.2.1. A execução dos serviços será **mensurada por etapas e produtos entregues**, com base em entregáveis técnicos claramente definidos no escopo e cronograma físico disposto no item 4 do Anexo I (Diretrizes e Metodologias) deste Termo de Referência;

7.2.2. Cada produto técnico será avaliado e atestado pela fiscalização do DER/RN quanto a sua conformidade técnica, completude e adequação aos requisitos contratuais;

7.2.3. Os pagamentos serão realizados proporcionalmente à conclusão e aprovação de cada **etapa validada**, em observância aos parâmetros dispostos no item 5 do Anexo I (Diretrizes e Metodologias) deste Termo de Referência.

8. REMUNERAÇÃO DA CONTRATADA

8.1. A Contratada será remunerada por meio de entrega de produtos definidos no **Anexo I**, cujos valores serão resultado dos produtos/relatórios efetivamente entregues, conforme o cronograma físico-financeiro, ressalvada a eventualidade de aplicação de fator de redução por inconformidade no conteúdo;

8.2. Fica entendido e acordado que os preços unitários dos produtos incluirão todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições estabelecidas e indicadas neste documento e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados;

8.3. A Contratada será remunerada exclusivamente com base na entrega dos produtos especificados no **Anexo I**, cujos valores corresponderão ao somatório dos preços unitários propostos para cada item, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro;

8.4. A liberação dos pagamentos estará condicionada à aprovação formal, pela Contratante, dos produtos e/ou relatórios apresentados, os quais deverão estar em plena conformidade com as exigências técnicas, prazos e padrões de qualidade definidos neste Termo de Referência e demais documentos da licitação;

8.5. Em caso de inconformidade parcial ou total nos produtos entregues, poderá ser aplicado fator de redução sobre o valor previsto, proporcional à gravidade da não conformidade e à extensão do retrabalho necessário, conforme critérios técnicos previamente definidos no edital ou pactuados em contrato;

8.6. Os preços unitários constantes da proposta da Contratada deverão contemplar todos os custos diretos e indiretos para a completa execução dos serviços, incluindo, mas não se limitando a: salários e encargos sociais, insumos, equipamentos, transporte, seguros, administração local e central, tributos, despesas indiretas, lucro e quaisquer outros encargos incidentes, não sendo admitido qualquer pagamento adicional sob qualquer pretexto;

8.7. A remuneração ora pactuada constitui a única e integral contraprestação financeira devida à Contratada pelos serviços prestados, sendo vedado o repasse de quaisquer custos adicionais à Contratante, salvo expressa previsão contratual ou legal superveniente.

9. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1. O objeto contratual será considerado entregue e aceito somente após a verificação da conformidade técnica, legal e documental dos produtos apresentados, conforme os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência e demais documentos contratuais;

9.2. O recebimento do objeto será realizado em duas etapas, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021:

9.2.1. Recebimento provisório: ocorrerá mediante a entrega formal de cada produto previsto no cronograma de execução, acompanhado de relatório técnico e demais documentos exigidos, para fins de análise e conferência pela fiscalização do contrato;

9.2.2. Recebimento definitivo: será efetuado após a aprovação formal dos produtos entregues, atestando-se a adequação técnica, a exatidão das informações, a completude dos documentos e o atendimento integral às exigências contratuais. A aceitação definitiva será formalizada por meio de termo de recebimento definitivo assinado pelo responsável técnico da contratante.

9.3. Os produtos entregues passarão por análise técnica da equipe do DER/RN, podendo ser rejeitados total ou parcialmente, caso apresentem falhas, inconsistências, omissões, inadequações técnicas, ou estejam em desacordo com as diretrizes contratuais;

9.4. Em caso de rejeição, total ou parcial, será concedido à contratada prazo para correção ou complementação, sem ônus adicional para a Administração, conforme cronograma de revisão a ser definido pela fiscalização;

9.5. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

9.5.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos

competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários;

9.5.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

9.5.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

9.6. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;

9.7. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados;

9.8. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato;

9.8.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;

9.8.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

9.9. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

9.10. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo às seguintes diretrizes:

9.10.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

9.10.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

9.10.3. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

9.11. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002);

9.12. As formas de comunicação e entrega de documentos, físicos e/ou digitais, serão definidas e informadas pelo DER/RN;

9.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

10.1. A presente contratação está em conformidade com o Plano de Contratações Anual (PCA) do Departamento de Estradas de Rodagem do Rio Grande do Norte (DER/RN) para o exercício de 2025.

- PCA 2025 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO RN
- Última atualização: 30/10/2025
- Id pca PNCP: 08241739000105-0-000027/2025
- Data de publicação no PNCP: 20/12/2024
- Local: Natal/RN
- Fonte: Compras.gov.br
- Total de itens: 151
- Valor Total estimado (R\$): 266.151.647,03

10.2. Esta iniciativa está alinhada com os objetivos estratégicos do DER/RN, conforme estabelecido no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA). Portanto, a contratação proposta está em consonância com o planejamento institucional, garantindo a racionalização das ações e a otimização dos recursos públicos.

11. MODELO DE EXECUÇÃO

11.1. *Modalidade Licitatória*

A presente contratação será processada na modalidade **CONCORRÊNCIA**, do tipo técnica e preço, em conformidade com o disposto no artigo 28, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. A sessão pública será realizada de **forma eletrônica**, por meio de sistema que assegure segurança, rastreabilidade e transparência em todas as fases do certame.

A escolha da modalidade Concorrência fundamenta-se na natureza intelectual e técnica dos serviços de engenharia objeto desta contratação, que envolvem elaboração de estudos e projetos executivos com elevado grau de especialização, demandando análise qualitativa das propostas.

11.2. *Critério de Julgamento da Licitação*

O critério de julgamento adotado será o de **TÉCNICA E PREÇO**, nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de assegurar que a proposta selecionada reúna melhor desempenho técnico e economicidade.

Esse critério é o mais adequado à contratação de serviços técnicos especializados de engenharia, considerando que o resultado esperado depende da qualidade técnica da equipe, da metodologia proposta e da experiência comprovada, além do preço ofertado. A ponderação entre os fatores de técnica e preço será estabelecida no edital, conforme parâmetros definidos pela Administração.

A pontuação técnica atribuída com base em experiência da empresa, qualificação da equipe técnica e metodologia de trabalho, conforme critérios descritos no edital e seus anexos.

A pontuação final (NF) será calculada pela fórmula:

$$NF = (0,70 \times NT) + (0,30 \times NP)$$

onde:

- NT = Nota Técnica;
- NP = Nota de Preço

11.3. *Modo de disputa*

O modo de disputa será **fechado**, conforme o artigo 56, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. O modo fechado é o mais compatível com o critério de técnica e preço, pois preserva a análise técnica isenta e imparcial das propostas, assegurando julgamento equilibrado e transparente.

11.4. *Regime de Execução Contratual*

O regime de execução será o de **empreitada por preço global**, nos termos do artigo 46, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, considerando que o objeto é constituído de um conjunto de produtos técnicos interdependentes — estudos, levantamentos, anteprojeto e projeto executivo —, cujos custos e entregas podem ser definidos globalmente.

Os pagamentos serão realizados conforme a entrega, aprovação e ateste dos produtos técnicos previstos, acompanhados dos respectivos relatórios, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas e demais documentos comprobatórios, em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.

11.5. *Subcontratação*

Será admitida a subcontratação parcial, observados os limites e condições previstos no artigo 122 da Lei nº 14.133/2021, desde que:

- previamente autorizada pela CONTRATANTE;
- não constitua o escopo principal do objeto;
- restrita ao máximo de 20% (vinte por cento) do valor total contratado.

A CONTRATADA deverá submeter à apreciação da CONTRATANTE o pedido de anuência prévia, acompanhado da documentação de habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação técnica da(s) empresa(s) subcontratada(s), compatível com as exigências do edital.

A CONTRATADA permanecerá inteiramente responsável pela execução contratual, devendo supervisionar e coordenar as atividades das subcontratadas e responder integralmente perante a Administração. É vedada a subcontratação total do objeto ou de partes que tenham sido determinantes para a comprovação da capacidade técnico-operacional e técnico-profissional.

A subcontratada deverá emitir o respectivo registro de responsabilidade técnica (ART/RRT) referente aos serviços executados, mantendo-se a CONTRATADA solidariamente responsável pela conformidade técnica e pela qualidade dos produtos entregues.

A subcontratação não exclui a responsabilidade da CONTRATADA perante a CONTRATANTE quanto à qualidade técnica do projeto ou serviço prestado. Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se está ou seus dirigentes mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que atue na licitação, fiscalização ou gestão do contrato, ou se forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Qualquer atividade objeto de subcontratação somente poderá ser iniciada mediante contrato firmado entre a CONTRATADA e a SUBCONTRATADA, apresentação de todos os documentos exigidos e ciência formal do fiscal do contrato.

12. **AVALIAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA**

12.1. Serão avaliadas as Propostas Técnicas das licitantes quanto ao atendimento às condições estabelecidas no

Edital, no Termo de Referência e seus anexos. Verificado o atendimento a essas condições, proceder-se-á à avaliação das propostas, na conformidade das instruções constantes do Edital;

12.2. A proposta técnica deverá ser apresentada em linguagem clara e objetiva, sem erros ou rasuras, contendo os elementos na disposição a seguir discriminados:

12.2.1. **ÍNDICE:** Deverão ser apresentados os capítulos que fazem parte da Proposta Técnica, com a respectiva numeração da paginação;

12.2.2. **APRESENTAÇÃO:** Será nominada a empresa licitante informando o objeto da proposta, o número do Edital, o objeto da licitação e a descrição dos serviços a realizar.

12.3. A Proposta Técnica deverá ser elaborada em consonância com todo o disposto neste Termo de Referência e seus Anexos, contendo:

PROPOSTA TÉCNICA	PONTOS
NT1) Experiência Específica Relevante da Consultora em Relação à Tarefa	20
I) Tempo de atuação da proponente:	8
II) Experiência específica da proponente	12
NT2) Conhecimento do Problema, Adequação da Metodologia e Plano de Trabalho Propostos em Resposta aos Termos de Referência - 40 pontos.	40
• Conhecimento do Problema	20
• Metodologia do Plano de Trabalho	10
• Organização Técnico-Administrativa e Dotação de Pessoal	6
• Métodos inovadores de gestão aplicados ao escopo do serviço	4
NT-3) Qualificações e Competência dos Profissionais Essenciais Para a Tarefa - 40 pontos.	40
TOTAL DE PONTOS DA PROPOSTE TÉCNICA (NPT)	100

12.4. Será atribuída pela Comissão Técnica Instituída pelo Departamento de Estradas e Rodagem do Rio Grande do Norte, a Nota Técnica (NT), variando de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

12.5. A Nota Técnica (NT) será julgada e avaliada atribuindo-se notas aos itens da proposta técnica:

12.6. **NT-1) EXPERIÊNCIA ESPECÍFICA RELEVANTE DA CONSULTORA EM RELAÇÃO À TAREFA - 20 PONTOS.**

I) TEMPO DE ATUAÇÃO DA PROPONENTE: Será atribuída a pontuação de até 8,00 pontos para fim de comprovação do tempo de experiência da empresa no mercado de **elaboração de estudos técnicos, projetos básico e executivo de engenharia** que conste o nome da licitante com relevância **implantação e/ou restauração em obras rodoviárias e/ou avenidas e/ou vias em trechos urbanos**, sem sobreposição de datas, sendo permitido somatório de acervos para a comprovação de tempo.

TEMPO DE ATUAÇÃO DA PROPONENTE - TEAP (8 PONTOS)	
EXPERIÊNCIA DA LICITANTE	TEMPO DE ATUAÇÃO
Elaboração de estudos técnicos, projetos básico e/ou executivo de engenharia em que conste o nome da licitante com relevância em <u>implantação e/ou restauração em obras rodoviárias e/ou avenidas e/ou vias em trechos urbanos</u> .	TEAP ≤ 2 (dois) anos: Pontos 0,0 2 (dois) < TEAP ≤ 4 (quatro) anos: Pontos 1,2 4 (quatro) < TEAP ≤ 6 (seis) anos: Pontos 2,4 6 (seis) < TEAP ≤ 8 (oito) anos: Pontos 4,5 8 (oito) < TEAP ≤ 10 (dez) anos: Pontos 6,7 TEAP > 10 (dez) anos: Pontos 8,0

II) EXPERIÊNCIA ESPECÍFICA DA PROPONENTE: Será atribuída a pontuação abaixo, por cada atestado conforme discriminado no quadro abaixo, até o limite máximo **12 (doze) pontos**, em nome da empresa licitante.

ITEM	SERVIÇOS	QUANTIDADE MÁXIMA DE ATESTADOS	PONTUAÇÃO POR ATESTADO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1	Comprovação em elaboração de projetos de obras de infraestrutura em <u>Mobilidade Urbana</u> .	2	2	4
Termo de Referência Atualizado (38082965)		SEI 03310019.001543/2025-13 / pg. 8		

2	Comprovação em elaboração de projetos de <u>implantação e/ou restauração em obras de duplicação rodoviária e/ou avenidas em trechos urbanos.</u>	2	2	4
3	Comprovação em elaboração de <u>projetos em rodovias e/ou vias e/ou avenidas urbanas que contenha pavimentação, geométrico, drenagem urbana e sinalização viária com a utilização da metodologia BIM - Building Information Modeling.</u>	1	2	2
4	Comprovação em <u>elaboração de estudos de tráfego em obras rodoviárias e/ou obras urbanas</u>	1	1	1
5	Comprovação em <u>elaboração de estudos e projetos para licenciamento ambiental e prognóstico ambiental e controle ambiental.</u>	1	1	1
TOTAL:				12

12.6.1. Nos acervos deverá indicar a quantidade a ser comprovada, e será admitido o somatório de atestados para comprovar os quantitativos exigidos;

12.6.2. O tempo de experiência da licitante será comprovada através de atestado técnico emitido pelo CREA que configure o seu nome em **Elaboração de estudos técnicos, projetos básico e/ou executivo de engenharia em que conste o nome da licitante com relevância em implantação e/ou restauração em obras rodoviárias e/ou avenidas e/ou vias em trechos urbanos**, podendo somar o período de execução dos acervos, sem sobreposição de datas;

12.6.3. Todos os atestados devem ser compatíveis em natureza e complexidade com o objeto deste Termo de Referência (art. 67 da Lei nº 14.133/2021).

12.7. NT-2) CONHECIMENTO DO PROBLEMA, METODOLOGIA DO PLANO DE TRABALHO, ORGANIZAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, DOTAÇÃO DE PESSOAL E MÉTODOS INOVADORES DE GESTÃO APLICADOS AO ESCOPO DO SERVIÇO - 40 PONTOS.

12.7.1. Conhecimento do Problema - Pontuação parcial máxima = 20 pontos.

12.7.2. Metodologia do Plano de Trabalho - Pontuação parcial máxima = 10 pontos.

12.7.3. Organização Técnico-Administrativa e Dotação de Pessoal - Pontuação parcial máxima = 6 pontos.

12.7.4. Métodos inovadores de gestão aplicados ao escopo do serviço (exemplos como uso de modelagem BIM, SIG, drones, softwares de simulação viária, etc.) - Pontuação parcial máxima = 4 pontos.

12.7.5. **Conforme quadro abaixo:**

QUESITO	TEXTO/CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO			
		NÃO APRESENTOU	APRESENTOU		
			INSUFICIENTE	BOM	APRESENTOU COM DISTINÇÃO
1.	CONHECIMENTO DO PROBLEMA	TOTAL DO ITEM			
					20
1.1	Abordagem geral demonstrando que a Licitante tem pleno domínio dos serviços que se propõe a prestar, como a compreensão dos fatores condicionantes e sua habilidade técnica para execução dos mesmos inclusive em propor soluções técnicas e viáveis para as obras.	0	1	3	5
1.2	Conhecimento das características geográficas, geológicas, topográficas, hidrológicas, socioambientais e econômica da via em questão	0	1	2	5
1.3	Demonstração de conhecimento da condição atual do trecho nos respectivos locais de intervenção do objeto a ser executado, com a descrição de aspectos que possam interferir na solução pretendida e no próprio desenvolvimento da obra pela proponente, incluindo imagens que contribuam para a argumentação.	0	1	2	5
1.4	Demonstrar que tem condições técnicas de engenharia para elaborar laudos, relatórios e soluções e observações pertinentes aos serviços que se propõe a supervisionar.	0	1	2	5
Termo de Referência Atualizado (38082965) SEI 03310019.001543/2025-13 / pg. 9					

2.	METODOLOGIA DO PLANO DE TRABALHO	TOTAL DO ITEM			10
2.1.	Descrição do modelo gerencial proposto para a execução dos serviços com características compatíveis com o objeto desta licitação.	0	1	1,5	2,5
2.2.	Metodologia de Execução onde deverá ser descrita a metodologia que será aplicada para a execução dos serviços, devendo ser apresentadas as normas a serem observadas	0	1	1,5	2,5
2.3.	Plano de trabalho contemplando: Programação para os trabalhos; Recursos em equipamentos; Recursos técnicos de informática; Estrutura técnico-administrativa, com características compatíveis com o objeto desta licitação.	0	1	1,5	2,5
2.4.	Descrição dos pontos críticos que possam interferir no planejamento da contratada, apresentando os riscos possíveis quanto ao não cumprimento dos prazos contratuais, bem como apresentar alternativas para evitar, minimizar o impacto no andamento do contrato	0	1	1,5	2,5
3.	ORGANIZAÇÃO TÉCNICA ADMINISTRATIVA E DOTAÇÃO DE PESSOAL	TOTAL DO ITEM			6
3.1	Organograma de equipe indicar a sua interligação com a estrutura de execução dos serviços e as interfaces com a equipe da contratante.	0	1	1,5	2
3.2	Descrição das funções, atribuições e as responsabilidades dos grupos funcionais.	0	1	1,5	2
3.3	Cronograma de pessoal estabelecendo a permanência de pessoal da equipe proposta, sua suficiência e sua compatibilidade com Estrutura Organizacional	0	1	1,5	2
4.	MÉTODOS INOVADORES DE GESTÃO APLICADOS AO ESCOPO DO SERVIÇO	TOTAL DO ITEM			4
4.1	Deve apresentar, caso haja, metodologias comprovadamente já adotadas pela empresa que favoreçam o desempenho das atividades propostas (metodologia ágil, SCRUM, etc.).	0	2	3	4

12.8. NT-3) QUALIFICAÇÕES E COMPETÊNCIA DOS PROFISSIONAIS ESSENCIAIS PARA A TAREFA - 40 PONTOS.

12.8.1. Cada profissional será avaliado individualmente, mediante o exame do seu currículo e atestados técnicos, para a atribuição da respectiva pontuação individual. O número de pontos atribuídos aos profissionais é indicado a seguir no quadro.

12.8.2. O tempo de experiência do profissional envolvido na equipe técnica será comprovada através de atestado técnico emitido pelo CREA que configure o seu nome em serviços de **elaboração de estudos técnicos, projetos básico e executivo de engenharia rodoviária visando à promoção de melhorias na mobilidade urbana, sem sobreposição de datas.**

QUADRO NT3				
Descrição do Profissional	Comprovação de Experiência Quantitativa com Atestado de Capacidade Técnica acompanhado de CAT:	Pontuação		
		PONTO POR ATESTADO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	PONTUAÇÃO NT
COORDENADOR(A) TÉCNICO DE EQUIPE ENGENHEIRO(A) CIVIL Tempo de formado ≥ 20 anos	Experiência comprovada na função de Coordenação Geral, responsável pelos serviços de elaboração de Projetos básicos e/ou executivo de <u>Implantação, restauração e/ou duplicação de obras rodoviárias, avenidas e/ou vias em trechos urbanos</u> , contendo projetos de pavimentação.	3	3	12
	Experiência comprovada na função de Coordenação Geral, responsável pelos serviços de elaboração de Projetos básicos executivo de <u>Implantação, restauração e/ou duplicação de obras rodoviárias, e/ou vias em trechos urbanos</u> , abrangendo geometria e projetos de drenagem urbana e ciclovia.	3	3	
	Experiência comprovada na função de Coordenação Geral, responsável pelos serviços de elaboração de Projetos básicos e/ou executivo de <u>Implantação, restauração e/ou duplicação de obras rodoviárias, avenidas e/ou vias em trechos urbanos</u> , incluindo estudos de transporte, estudos e contagem de tráfego.	3	3	

	Experiência comprovada na função de Coordenação Geral, responsável pelos serviços de elaboração de Projetos básicos e/ou executivo de <u>Implantação, restauração e/ou duplicação de obras rodoviárias, avenidas e/ou vias em trechos urbanos</u> , com utilização da metodologia BIM - <i>Building Information Modeling</i> .	3	3	
ENGENHEIRO(A) SENIOR DE PROJETOS RODOVIÁRIOS Tempo de formado ≥ 10 anos	Experiência comprovada na função de engenheiro e/ou responsável técnico pelos serviços de elaboração de projetos básicos e executivos de: <u>Implantação, restauração e/ou duplicação de obras rodoviárias, avenidas e/ou vias em trechos urbanos</u> , incluindo estudos de tráfego e projetos de pavimentação, geométrico, drenagem e sinalização.	3	3	7
	Experiência comprovada na função de engenheiro e/ou responsável técnico pelos serviços de elaboração de projetos básicos e executivos de: <u>Implantação, restauração e/ou duplicação de obras rodoviárias, avenidas e/ou vias em trechos urbanos</u> , incluindo Projeto de Interseções e Ciclovia.	2	2	
	Experiência comprovada na função de engenheiro e/ou responsável técnico pelos serviços de elaboração de projetos básicos e executivos de: <u>Implantação, restauração e/ou duplicação de obras rodoviárias, avenidas e/ou vias em trechos urbanos</u> , com a utilização da metodologia BIM - <i>Building Information Modeling</i> .	2	2	
ENGENHEIRO(A) SENIOR DE PROJETOS URBANOS Tempo de formado ≥ 10 anos	Experiência comprovada na função de engenheiro e/ou responsável técnico pelos serviços de elaboração de projetos básicos e executivos de: <u>Implantação, restauração e/ou duplicação de obras rodoviárias, avenidas e/ou vias em trechos urbanos</u> , incluindo projetos básicos e executivos de drenagem urbana e sinalização viária.	3	3	7
	Experiência comprovada na função de engenheiro e/ou responsável técnico pelos serviços de elaboração de projetos básicos e executivos de: <u>Implantação, restauração e/ou duplicação de obras rodoviárias, avenidas e/ou vias em trechos urbanos</u> , que contenham a utilização com a utilização da Plataforma BIM - <i>Building Information Modeling</i> .	2	2	
	Experiência comprovada na função de engenheiro e/ou responsável técnico pelos serviços de elaboração de projetos básicos e executivos de: <u>Implantação, restauração e/ou duplicação de obras rodoviárias, avenidas e/ou vias em trechos urbanos</u> , incluindo projetos terraplanagem, pavimentação e geométrico.	2	2	
ENGENHEIRO (A) ORÇAMENTISTA Tempo de formado ≥ 5 anos	Experiência comprovada na função de engenheiro e/ou responsável técnico pelos serviços de elaboração de projetos básicos e executivos de: <u>Implantação, restauração e/ou duplicação de obras rodoviárias, avenidas e/ou vias em trechos urbanos</u> com atuação em elaboração de orçamento em obras Públicas.	6	6	6
ENGENHEIRO CIVIL E/OU ARQUITETO(A) URBANISTA Tempo de formado ≥ 5 anos	Experiência comprovada na função de arquiteto/ou responsável técnico pelos serviços de elaboração de projetos básicos e executivos de: <u>Implantação, restauração e/ou duplicação de obras rodoviárias, avenidas e/ou vias em trechos urbanos</u> , incluindo urbanização contendo passeios e ciclovia.	3	3	3
ENGENHEIRO(A) AMBIENTAL PLENO Tempo de formado ≥ 5 anos	Experiência comprovada na função de engenheiro ambiental e/ou responsável técnico pelos serviços de elaboração de projetos básicos e executivos de: <u>Implantação, restauração e/ou duplicação de obras rodoviárias, avenidas e/ou vias em trechos urbanos</u> serviços projetos e estudos para licenciamento ambiental e prognóstico ambiental, recuperação e controle ambiental.	3	3	3
ASSISTENTE SOCIAL PLENO Tempo de formado ≥ 5 anos	Experiência comprovada na função de Assistente Social, ou responsável técnica pelos serviços de diagnóstico socioeconômico das comunidades afetadas, oficinas e validação do diagnóstico, visitas domiciliares junto a família afetadas, elaboração do projeto de trabalho social	2	2	2
TOTAL DO ITEM:				40

A nota técnica final (NT) será o somatório destes itens, conforme a seguir:

$$NT = (NT1 + NT2 + NT3)$$

Onde:

NT1 - Experiência Específica Relevante da Consultora em Relação à Tarefa;

NT2 - Conhecimento do Problema, Adequação da Metodologia e Plano de Trabalho Propostos em Resposta aos Termos de Referência;

NT3 - Qualificações e Competência dos Profissionais Essenciais Para a Tarefa.

12.9. AVALIAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

12.10. Serão desclassificadas as Propostas Técnicas que:

- a) Apresentarem PONTUAÇÃO TÉCNICA **inferior a 50 (cinquenta)** pontos, ou obtiverem pontuação zero em quaisquer dos itens ou subitens avaliados ou, ainda, as que não atingirem a pontuação mínima estabelecida para a equipe técnica;
- b) Não atenderem às exigências do Termo de Referência e do Edital e seus demais anexos.
- c) Sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades e defeitos capazes de dificultar o julgamento.
- d) Apresentarem na Proposta Técnica qualquer referência a preços ou valores relativos à Proposta Comercial.

12.11. AVALIAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO

12.11.1. Decorrido o prazo recursal referente fase técnica, a COMISSÃO procederá ao julgamento das Propostas de Preço.

12.11.2. Nesta fase serão abertas as propostas comerciais das concorrentes que obtiverem NOTA TÉCNICA igual ou **superior a 50 (cinquenta)** pontos.

12.11.3. Serão desclassificadas as Propostas Comerciais que apresentarem:

- a) Condições ilegais, omissões, erros e divergência ou conflito com as exigências deste Edital.
- b) Proposta em função da oferta de outro competidor na licitação.
- c) Preço excessivo, assim entendido como aquele superior ao orçado pelo DER-RN, estabelecido no edital.
- d) Preços globais inexequíveis na forma do Art. 59 da Lei de Licitações 14.133/2021.
- e) Preço simbólico ou irrisório, havido assim como aquele incompatível com os preços praticados no mercado, conforme a Lei Nº 14.133/2021.

12.11.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, a Comissão de Contratação deverá, por meio de diligência, irá conferir com a licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta;

12.11.5. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução, se, em diligência realizada, não for demonstrada a exequibilidade da proposta;

12.11.6. Será exigida garantia adicional da licitante vencedora cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente a diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei;

12.11.7. Os orçamentos detalhados, apresentados pelas concorrentes e seus respectivos preços unitários serão comparados com os preços de mercado para eliminar valores unitários simbólicos ou irrisórios, de valor zero ou, ainda, excessivamente elevados ou incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista no Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido ou vantagem baseada nas ofertas das demais licitantes.

12.11.8. Na proposta prevalecerão, em caso de discordância entre os valores numéricos e por extenso, estes últimos.

12.11.9. Os erros de soma e/ou multiplicação, bem como o valor total proposto, eventualmente configurados nas Propostas de Preço das PROPONENTES, serão devidamente corrigidos, não se constituindo, de forma alguma, como motivo para desclassificação da proposta.

12.11.10. A COMISSÃO determinará a Nota da Proposta de Preço de cada LICITANTE/ PROPONENTE classificado nas propostas técnica e de preço, mediante a fórmula abaixo:

$$NPC = (100 P_{MAX} - 90P_{MÍN} - 10VP) / (P_{MAX} - P_{MÍN})$$

Onde:

NPC = Nota de Preço da licitante avaliada;

P_{MAX} = Proposta comercial de maior valor ofertado, desde que não ultrapasse o valor do orçamento estimativo;

P_{MÍN} = Proposta comercial de menor valor ofertado;

VP = Preço da Proposta em consideração.

12.11.11. As Notas de preços terão até 02(duas) casas decimais.

12.11.12. As notas calculadas serão arredondadas até os centésimos consoantes à norma da ABNT NBR 5891/1977 - Regras de Arredondamento na Numeração Decimal.

12.12. AVALIAÇÃO FINAL DAS PROPOSTAS

12.12.1. A nota classificatória final das licitantes será obtida de acordo com a média ponderada das valorizações das Propostas Técnicas e de Preço de acordo com a seguinte fórmula:

$$NF = (0,70 \times NT) + (0,30 \times PP)$$

Onde:

NF = Nota Classificatória Final;

NT = Nota da Proposta Técnica;

PP = Nota da Proposta de Preço.

12.12.2. A classificação das licitantes far-se-á em ordem decrescente dos valores das notas classificatórias finais, sendo considerado vencedora, a licitante que obtiver a maior nota classificatória final, observando limite de aproximação com duas casas decimais.

12.12.3. Após a obtenção da pontuação final de cada licitante, divulgado o resultado da classificação das ofertas (de preço e técnica) apresentadas, apurar-se-á se há entre uma proposta apresentada por uma ME ou EPP e outra licitante assim não enquadrada, a diferença em percentual regulada pela Lei Complementar nº 123/2006, e alterações, ou seja, até 10 %. Em se constando tal situação, permitir-se-á à ME ou EPP mais bem classificada, a alteração de sua proposta de preço, reduzindo-se a patamar que, após aplicada novamente a fórmula necessária à definição da nota final, alcance-se uma pontuação superior àquela outra licitante que com a mesma se encontrava empatada.

12.12.4. Havendo empate, decidir-se-á mediante o que dispõe o Art. 60, da Lei nº. 14.133/2021.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

13.1. Até o momento, não há contratações correlatas ou interdependentes vinculadas à presente contratação.

14. EQUIPE TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS - FUNÇÕES DO PESSOAL-CHAVE

14.0.1. Todos os profissionais deverão ter registro ativo nos conselhos de classe correspondentes (CREA, CAU, etc.);

14.0.2. A equipe deverá estar disponível durante toda a vigência do contrato, podendo ser solicitada para reuniões técnicas, visitas de campo ou atividades extraordinárias;

14.0.3. A contratada deverá manter em seu escritório local ou regional, infraestrutura mínima para apoio às atividades de campo e à elaboração dos produtos técnicos;

14.0.4. A equipe técnica da empresa contratada deverá ser composta por profissionais qualificados e com experiência comprovada em projetos de mobilidade urbana, transporte, infraestrutura viária e urbanismo;

14.0.5. As funções mínimas exigidas e suas atribuições específicas são:

1. Coordenador Técnico de Equipe

Formação: Engenheiro Civil ou Engenheiro de Transportes

Experiência mínima: 10 anos em coordenação de projetos de infraestrutura viária e mobilidade urbana. Deve apresentar atestado(s) técnico-profissional de nível superior devidamente reconhecido pela entidade competente (Certidões de Acervo Técnico), de responsabilidade técnica por execução da Coordenação e Compatibilização de Projetos.

Atribuições:

- Responsável geral pela execução técnica dos serviços.
- Gerenciar e integrar as atividades da equipe.
- Representar a contratada junto à contratante em reuniões e deliberações.
- Garantir o cumprimento do escopo, cronograma e qualidade dos produtos.
- Supervisionar e aprovar os produtos finais antes da entrega.

2. Especialista em Mobilidade Urbana

Formação: Engenheiro de Transportes, Urbanista ou Arquiteto e Urbanista

Experiência mínima: experiência comprovada (mín. 5 anos) em planejamento e gestão da mobilidade urbana. Deve apresentar atestado(s) técnico-profissional de nível superior devidamente reconhecido pela entidade competente (Certidões de Acervo Técnico), de responsabilidade técnica por planejamento e gestão de mobilidade urbana.

Atribuições:

- Diagnóstico da situação atual de mobilidade da avenida.
- Proposição de soluções para transporte coletivo, modos ativos e circulação viária.
- Elaboração de diretrizes para integração modal e redução de conflitos viários.

3. Engenheiro de Transportes - Engenheiro de Tráfego

Formação: Engenheiro Civil com especialização ou comprovada atuação em engenharia de tráfego.

Experiência mínima: experiência comprovada (mín. 5 anos) de atuação em engenharia de tráfego. Deve apresentar atestado(s) técnico-profissional de nível superior devidamente reconhecido pela entidade competente (Certidões de Acervo Técnico), de responsabilidade técnica por projetos de engenharia de tráfego.

Atribuições:

- Realizar estudos de tráfego (volume, origem-destino, simulações).
- Avaliar o desempenho da avenida sob diferentes cenários.
- Propor melhorias geométricas e operacionais para otimizar a circulação.
- Elaborar planos de sinalização e controle viário.
- Integrar soluções de mobilidade com o transporte coletivo.
- Propostas de intervenções para melhorar fluidez, segurança viária e redução de congestionamentos.

4. Engenheiro de Pavimentação

Formação: Engenheiro Civil com especialização em pavimentação.

Experiência mínima: experiência comprovada em projetos de recuperação e reabilitação de pavimentos urbanos (mín. 5 anos de atuação).

Atribuições:

- Avaliar as condições atuais do pavimento da Avenida Engenheiro Roberto Freire, identificando patologias e necessidades de intervenção (rachaduras, deformações, afundamentos, etc.).
- Desenvolver o projeto técnico de reabilitação, considerando o tipo de pavimento atual (asfalto, concreto, etc.), o tráfego existente e a durabilidade necessária.
- Escolher os materiais adequados e as técnicas de execução que garantam a longevidade e a resistência do pavimento, levando em consideração as especificidades do tráfego local e as condições climáticas da região.
- Criar os projetos executivos de reabilitação, incluindo os detalhes técnicos, especificações de materiais, métodos construtivos, e cronograma de execução.
- Trabalhar em conjunto com os engenheiros de tráfego e de mobilidade urbana para assegurar que o projeto de pavimentação se integre de forma eficiente às demais intervenções planejadas.

5. Urbanista - Arquiteto Urbanista

Formação: Urbanista ou Arquiteto e Urbanista com experiência em desenho urbano e qualificação de espaços públicos.

Experiência mínima: experiência comprovada (mín. 5 anos) de atuação em engenharia de projetos urbanos de mobilidade ativa. Deve apresentar atestado(s) técnico-profissional de nível superior devidamente reconhecido pela entidade competente (Certidões de Acervo Técnico), de responsabilidade técnica por projetos urbanos de mobilidade ativa.

Atribuições:

- Desenvolver soluções de requalificação urbana integradas à via.
- Planejar calçadas, travessias, áreas verdes, mobiliário urbano.
- Propor soluções de desenho urbano voltadas à escala humana.
- Garantir acessibilidade universal e conforto urbano.
- Compatibilizar os elementos do espaço público com os modais existentes.

6. Engenheiro Ambiental

Formação: Engenharia Ambiental com experiência em análise de impacto ambiental de obras urbanas.

Experiência mínima: experiência comprovada (mín. 3 anos) em avaliação de impacto ambiental e urbano. Deve apresentar atestado(s) técnico-profissional de nível superior devidamente reconhecido pela entidade competente (Certidões de Acervo Técnico), de responsabilidade técnica por avaliações de impacto ambiental e urbano.

Atribuições:

- Realizar o diagnóstico ambiental da área de intervenção.
- Avaliar impactos ambientais preliminares das propostas.
- Propor medidas mitigadoras e sustentáveis.
- Elaborar relatórios socioambientais conforme exigências legais.
- Auxiliar na compatibilização com licenciamento ambiental.

7. Orçamentista / Engenheiro de Custos

Formação: Engenheiro Civil com especialização em orçamento.
Experiência mínima: experiência comprovada (mín. 3 anos) em orçamento e planejamento de obras públicas.
Atribuições:

- Elaboração de estimativas de custo das intervenções propostas.
- Apoio à análise de viabilidade técnica-econômica.
- Compatibilização de orçamento com cronogramas físicos e financeiros.

8. Topógrafo

Formação: Técnico em Agrimensura ou Topografia
Experiência mínima: experiência comprovada (mín. 3 anos) em levantamentos topográficos e cadastrais.
Atribuições:

- Executar levantamentos topográficos e cadastrais da avenida e entorno.
- Gerar base cartográfica georreferenciada para os projetos.
- Elaborar plantas e curvas de nível compatíveis com projetos de engenharia.
- Identificar interferências físicas e restrições de projeto.

9. Desenhista Técnico - Projetista

Formação: Técnico em Edificações, Desenho Técnico ou afins
Experiência mínima: experiência comprovada (mín. 3 anos) em elaboração de projetos de infraestrutura urbana.
Atribuições:

- Produzir desenhos técnicos, plantas e cortes em ambiente CAD e BIM (quando aplicável).
- Apoiar na organização dos documentos gráficos e memoriais.
- Assegurar a padronização gráfica conforme normas da contratante.
- Preparar as pranchas finais para aprovação e licenciamento.

10. Analista/Técnico em Geoprocessamento

Formação: Técnico ou analista com domínio em sistemas de informação geográfica (SIG).
Experiência mínima: experiência comprovada em sistemas de informação geográfica
Atribuições:

- Organização e análise espacial de dados urbanos e viários.
- Geração de mapas temáticos, diagnósticos espaciais e apoio ao planejamento.
- Manutenção de banco de dados georreferenciado do projeto.

11. Analista Social

Formação: Graduado(a) em Ciências Sociais, Serviço Social ou áreas afins
Experiência mínima: experiência comprovada (mín. 3 anos) em projetos que envolvem o componente social urbano
Atribuições:

- Conduzir diagnóstico socioeconômico das comunidades afetadas.
- Realizar escutas e consultas públicas.
- Sistematizar demandas sociais relacionadas à mobilidade.
- Avaliar impactos sociais das intervenções propostas.
- Apoiar a comunicação com stakeholders e órgãos comunitários.

15. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

15.1. Nesta etapa, os dados coletados e analisados têm como finalidade principal embasar a identificação da solução técnica mais adequada à necessidade da Administração, bem como o **dimensionamento preliminar dos recursos necessários**, em conformidade com os princípios da eficiência e economicidade.

15.2. A estimativa preliminar de custos para a contratação dos serviços técnicos especializados de elaboração dos estudos e projetos de engenharia da Avenida Engenheiro Roberto Freire foi elaborada com base em referências oficiais de preços (SICRO e SINAPI) e na **estimativa de quantitativo e dedicação dos profissionais necessários à execução dos serviços**, conforme quadro técnico apresentado a seguir.

15.3. O cálculo foi estruturado a partir da **composição da equipe multidisciplinar** e do **percentual médio de dedicação de cada profissional ao longo de 06 (seis) meses de trabalho**, considerando as atribuições, a complexidade da via e os produtos previstos nas entregas contratuais.

Equipe Técnica	Percentual de Dedicção	Carga Horária Estimada	Atribuições
Termo de Referência Atualizado (38082965) SEI 03310019.001543/2025-13 / pg. 15			

Coordenador Técnico de Equipe	42%	480 horas (80 h/mês)	Gerenciamento e supervisão
Especialista em Mobilidade Urbana	62,5%	720 horas (120 h/mês)	Diagnóstico e soluções
Engenheiro de Transportes / Engenheiro de Tráfego	62,5%	720 horas (120 h/mês)	Simulações e fluxo
Engenheiro de Pavimentação	42%	480 horas (80 h/mês)	Sinalização e soluções viárias
Urbanista / Arquiteto e Urbanista	62,5%	720 horas (120 h/mês)	Espaços públicos e acessibilidade
Engenheiro Ambiental	32%	360 horas (60 h/mês)	Estudos de impacto ambiental
Orçamentista / Engenheiro de Custos	21%	240 horas (40 h/mês)	Planilhas e memoriais descritivos
Topógrafo	21%	240 horas	Levantamentos de campo
Desenhista Técnico / Projetista	62,5%	720 horas	Plantas e desenhos técnicos
Analista de Geoprocessamento	47%	540 horas	Mapas e dados espaciais
Analista Social	47%	540 horas	Diagnóstico e consultas públicas

- 15.4. Para o cálculo dos valores unitários e totais foram utilizadas as seguintes fontes de referência oficiais:
- **Tabela de Preços de Consultoria e Custos Médios Gerenciais do DNIT, com data-base de abril de 2025;**
 - **SINAPI (Caixa/IBGE), data-base de agosto de 2025,** para composições específicas.
- 15.5. Essas fontes foram adotadas por refletirem os custos atualizados de profissionais e insumos compatíveis com a natureza e a complexidade dos serviços técnicos especializados de engenharia e mobilidade urbana;
- 15.6. A **estimativa preliminar do custo global** da contratação totaliza **R\$ 1.140.395,10 (um milhão, cento e quarenta mil, trezentos e noventa e cinco reais e dez centavos);**

16. **DOS PRAZOS**

- 16.1. *PRAZO DE EXECUÇÃO*
- 16.1.1. O **Prazo de Execução** dos serviços será de **180 (cento e oitenta) dias**, conforme cronograma físico-financeiro em anexo, sendo contado a partir da emissão da ordem de início dos serviços, sendo prorrogável na forma da Lei de Licitações 14.133/21;
- 16.2. *PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL*
- 16.2.1. Considerando que a vigência contratual deverá ter acrescida outros 90 dias sobre o prazo da execução do objeto para fins de verificação da garantia sobre o objeto, bem como necessidade dos controles administrativos para recebimento da obra e encerramento do processo, o Contrato terá **Prazo de Vigência** pelo período de **270 (duzentos e setenta) dias**, sendo contado a partir da emissão da ordem de início dos serviços, sendo prorrogável na forma da Lei de Licitações 14.133/21.
- 16.2.2. O valor contratado permanecerá fixo e irrevogável durante a vigência contratual, podendo sofrer correções excepcionais e devidamente justificadas, nos termos da legislação aplicável.
- 16.3. *DISPOSIÇÕES GERAIS*
- 16.3.1. Os serviços devem iniciar até 10 (dez) dias consecutivos após o recebimento da Ordem de Serviço, sob pena de aplicação de multas;
- 16.3.2. A empresa vencedora deverá assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, nos termos do art. 151 da Lei nº 14.133/2021;
- 16.3.3. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do Contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, nas condições previstos nos artigos 130, 131, 132 e 133, da Lei 14.133/21 e suas alterações.
- 16.4. Havendo necessidade de alteração do prazo de execução ou vigência, será celebrado aditivo que contemple a correspondente adequação do cronograma físico-financeiro;
- 16.5. A prorrogação será precedida de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste;
- 16.6. As formas de comunicação e entrega de documentos (físicos e/ou digitais) serão definidos e informados pelo DER/RN.

17. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 17.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e seus anexos, assim como em sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrente da perfeita execução contratual;
- 17.2. Executar atividades descritas no objeto contratado e especificações técnicas dentro do prazo estabelecido, sob pena de sanções legais;
- 17.3. Respeitar rigorosamente a legislação vigente, em especial:
- 17.3.1. Às normas e especificações constantes do Edital, no presente Termo de referência, nas Especificações de Técnicas e nos Anexos;

- 17.3.2. Às normas da ABNT;
- 17.3.3. Às disposições legais da União e do Governo do Estado do Rio Grande do Norte;
- 17.3.4. Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
- 17.3.5. Às normas e legislações ambientais vigentes;
- 17.3.6. Às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho.
- 17.4. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 17.5. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.
- 17.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada, no que concerne à execução dos serviços.
- 17.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.
- 17.8. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis nº 6.496/77 e nº 12.378/2010).
- 17.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal na execução dos serviços.
- 17.10. Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 05 (cinco) dias úteis que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 17.11. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 17.12. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação.
- 17.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015;
- 17.14. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 17.15. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante, prestando todos os esclarecimentos necessários, atendendo às reclamações formuladas e cumprindo todas as orientações, visando fiel cumprimento do contrato;
- 17.16. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso aos documentos relativos à execução do objeto;
- 17.17. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 17.17.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 17.17.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 17.17.3. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Federal e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- 17.17.4. Certidão de Regularidade do FGTS - CRF;
- 17.17.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- 17.18. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela contratante, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
- 17.19. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica;
- 17.20. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seu anexo, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;
- 17.21. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;
- 17.22. Promover, através de seu representante, o acompanhamento dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada;
- 17.23. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

17.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos;

17.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

17.26. Após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

18.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, através de comissão ou servidor especialmente designado (Fiscais do Contrato), verificando minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos estudos e projetos entregues provisoriamente com as especificações constantes no Edital e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

18.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

18.3. Promover, por intermédio do fiscal indicado, a fiscalização, acompanhamento, conferência e avaliação da execução dos estudos e projetos objeto deste Termo de Referência;

18.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

18.5. Exigir a qualquer tempo da CONTRATADA os documentos que comprovem o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste Contrato, bem como todas as qualificações que ensejem sua habilitação;

18.6. Designar representantes para gestão e fiscalização do contrato dos termos do art. 117 da Lei Federal n. 14.133/2021;

18.7. Receber os estudos e projetos executados conforme objeto do contrato através do setor responsável por seu acompanhamento ou fiscalização, em conformidade com o art. 140 da Lei Federal n. 14.133/2021;

18.8. Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as medições realizadas conforme disposto no Cronograma Físico - Financeiro, anexo a este Termo de Referência;

18.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ação e/ou omissão da Contratada, de seus empregados, prepostos e/ou subordinados.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)

19.1. Comete infração administrativa, conforme a Lei Federal nº 14.331/2021, a CONTRATADA que:

19.1.1. Não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

19.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

19.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

19.1.5. Praticar atos ilícitos.

19.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá aplicar as seguintes sanções:

19.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos à Contratante;

19.2.2. Multa; não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021);

19.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública Estadual opera e atua concretamente, pelo prazo máximo de até 03 (três) anos;

19.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos;

19.3. As multas previstas poderão ser aplicadas separadamente ou cumulativamente, à critério da CONTRATANTE, que poderá, ainda, descontar os respectivos valores dos pagamentos a serem efetuados.

19.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, inciso III e IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, as empresas ou profissionais que:

19.4.1. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;

19.4.2. Tenham praticados atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.4.3. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, com dolo, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

19.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021;

19.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Estado, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do

Estado e cobrados judicialmente;

19.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da contratada e/ou CONTRATADA, o Estado poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme dispõe o art. 419 do Código Civil;

19.8. A Autoridade Competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

19.9. Da aplicação das penalidades caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da Notificação.

20. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

20.1. O Gestor do Contrato é o responsável pelo gerenciamento do contrato, planejamento dos pedidos, coordenação da execução contratual, comunicação com a CONTRATADA e elaboração das tratativas administrativas necessárias a fiel execução do objeto contratual;

20.2. O Gestor do Contrato será nomeado dentre os servidores da CONTRATANTE, por meio de Portaria, após a formalização do Contrato Administrativo;

20.3. O Gestor do Contrato deverá auxiliar e orientar a Fiscalização do Contrato sempre que necessário, visando a perfeita execução contratual;

20.4. O Fiscal do Contrato é o responsável pela fiscalização da execução contratual e será nomeado dentre os servidores da CONTRATANTE, por meio de Portaria, após a formalização do Contrato;

20.5. O Fiscal do Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução contratual, determinando, quando necessário, à regularização de falhas e/ou defeitos observados.

21. REMUNERAÇÃO DA CONTRATADA

21.1. Condições Financeiras e Pagamento

21.1.1. O pagamento será efetuado pelo DER/RN em até 30(trinta) dias contados da data da liquidação da despesa, conforme o art. 141 da Lei nº 14.133/2021;

21.1.2. O pagamento de cada etapa ficará condicionado à aprovação formal dos produtos pelo fiscal do contrato, com emissão de termo de aceite provisório e definitivo, conforme art. 140 da Lei nº 14.133/2021;

21.1.3. A liquidação da despesa ocorrerá mediante **comprovação da efetiva execução dos serviços**, atestada pelo Fiscal do Contrato, acompanhada da respectiva Nota Fiscal ou Fatura, nos termos do art. 137 da referida Lei;

21.1.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da Contratada, a ser verificada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou pela apresentação dos documentos previstos nos incisos III, IV e V do art. 68 da Lei nº 14.133/2021;

21.1.5. Caso seja verificada glosa parcial dos serviços ou pendência de execução, o pagamento será realizado apenas sobre o valor efetivamente atestado, devendo a Contratada emitir nova Nota Fiscal ou Fatura com o valor ajustado;

21.1.6. Havendo erro na documentação fiscal, pendência contratual ou qualquer inconsistência que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará **sobrestado** até a completa regularização, sem ônus para a Contratante;

21.1.6.1. Nas hipóteses previstas no item 22.1.5, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação por parte da Contratada.

21.1.7. O pagamento será realizado mediante crédito em conta bancária indicada pela Contratada, mantida em instituição financeira reconhecida pelo Banco Central do Brasil;

21.2. Condições Econômicas e Reajuste

21.2.1. O valor contratado permanecerá fixo e irreajustável durante a vigência contratual, podendo sofrer correções excepcionais e devidamente justificadas, nos termos da legislação aplicável, mediante demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro e autorização formal da Administração;

21.2.2. O preço proposto deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos, encargos, tributos, taxas e despesas incidentes, incluindo insumos, deslocamentos, levantamentos de campo, materiais de apoio e qualquer outro item necessário à perfeita execução dos serviços, ainda que não expressamente mencionado, não sendo admitidos acréscimos posteriores por itens previsíveis.

22. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

22.1. O Agente de Contratação consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, para verificar a habilitação jurídica, a regularidade fiscal e trabalhista e a qualificação econômico-financeira.

22.1.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar a respectiva documentação atualizada;

22.1.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Agente de contratação e equipe de apoio lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s);

22.1.3. Quando for o caso, será assegurado prazo para a regularização da documentação dos licitantes qualificadas

como microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

22.2. Havendo alguma pendência, ou em caso de ausência de documento, os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, à Qualificação Econômico - Financeira e à Qualificação Técnica:

22.3. **Habilitação jurídica:**

22.3.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

22.3.2. No caso de microempreendedor individual: certificado da condição de microempreendedor individual;

22.3.3. No caso de sociedade empresária, inclusive a unipessoal: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

22.3.4. No caso de licitante estrangeira em funcionamento no país, decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade Edital o exigir.

22.3.5. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, se for o caso.

22.3.6. Quando o signatário da proposta, do contrato ou instrumento equivalente e dos demais documentos for pessoa que não conste do ato constitutivo do licitante, este deverá fazer-se representar por meio de procuração ou carta dirigida ao Agente de contratação, contendo os dados relativos à identificação do representante.

22.3.6.1. O não envio da procuração ou da carta mencionadas no subitem anterior não será motivo de inabilitação do licitante, desde que este apresente o documento quando solicitado pelo Agente de contratação.

22.4. **Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

22.4.1. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

22.4.2. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

22.4.3. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, através da apresentação das respectivas certidões negativas de débito (ou positivas com efeito de negativas), ressalvada a hipótese do licitante não ser contribuinte de um destes órgãos, caso em que deverá apresentar a Certidão de Não Contribuinte;

22.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943.

22.4.5. Situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal; cumpre as normas relativas à saúde e segurança do trabalho.

22.5. **Qualificação Econômico-Financeira**

22.5.1. Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de seu principal estabelecimento, emitida até 90 (noventa) dias da data da licitação;

22.5.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais

22.5.2.1. No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, os documentos referidos no item **15.5.2** limitar-se-ão ao último exercício social.

22.5.2.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, devendo atender a todas as demais exigências da habilitação.

22.5.3. A documentação mencionada no subitem 21.5 deverá atender as seguintes condições:

22.5.3.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira do licitante, nos termos do artigo 69 da Lei nº 14.133/2021, demonstrando que possui Índice de Solvência Geral (ISG), Índice de Liquidez Geral (ILG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC) iguais ou superiores a 1,0 (um inteiro), sendo os referidos índices calculados da seguinte forma:

$$ISG = AT : (PC + ELP)$$

$$ILG = (AC + RLP) : (PC + ELP)$$

$$ILC = AC : PC$$

Onde:

AT = Ativo Total

AC = Ativo Circulante

RLP = Ativo Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Passivo Exigível a Longo Prazo

22.5.3.2. A licitante deverá apresentar capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

22.6. Qualificação técnica:

22.6.1. Comprovante de Registro e Quitação da empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), sendo inválida a certidão que não apresentar rigorosamente a situação atualizada, ou seja, conforme Resolução n.º 266/79 do CONFEA;

22.6.2. Na hipótese de a vencedora da licitação ter seu Registro no CREA de outro Estado, deverá apresentar no ato da assinatura do CONTRATO o "VISTO" do seu Registro no CREA-RN, nos termos do art. 58 da Lei 5.194/66, na forma da Resolução 413/97 do CONFEA;

22.6.3. Comprovante de registro e quitação dos responsáveis técnicos (detentores do acervo técnico) da empresa no Conselho Regional de Engenharia (CREA) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) e/ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade. Será inválida a certidão que não apresentar a situação atualizada, conforme Resolução nº 266/79 do CONFEA;

22.6.4. Para a execução dos serviços, a contratada deverá comprovar, no momento da habilitação, as seguintes condições mínimas de qualificação técnica, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021:

22.6.5. CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL

22.6.5.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de Atestado e/ou Certidões de Acervo Operacional (CAO), em nome da licitante, expedidos por pessoa(s) de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, dos serviços a seguir discriminados:

ITEM	SERVIÇOS	QUANTIDADE MÁXIMA DE ATESTADOS
1	Comprovação em elaboração de projetos de obras de infraestrutura em <u>Mobilidade Urbana.</u>	1
2	Comprovação em elaboração de projetos de <u>implantação e/ou restauração em obras de duplicação rodoviária e/ou avenidas em área urbana.</u>	1
3	Comprovação em elaboração de <u>projetos em obras rodoviárias, avenidas e/ou vias em trechos urbanos que contenha pavimentação, geométrico, drenagem urbana e sinalização viária com a utilização da metodologia BIM - Building Information Modeling.</u>	1
4	Comprovação em <u>elaboração de estudos de tráfego em projetos de obras rodoviárias, avenidas e/ou vias em trechos urbanos.</u>	1
5	Comprovação em <u>elaboração de projetos e estudos ambientais.</u>	1

22.6.6. CAPACIDADE TÉCNICA-PROFISSIONAL

22.6.6.1. A licitante deverá apresentar em seu quadro técnico os seguintes profissionais na equipe-chave:

Descrição do Profissional	Comprovação de Experiência Quantitativa com Atestado de Capacidade Técnica acompanhado de CAT:
COORDENADOR(A) TÉCNICO DE EQUIPE ENGENHEIRO(A) CIVIL Tempo de formado ≥ 20 anos	Experiência comprovada na função de Coordenação Geral, responsável pelos serviços de elaboração de Projetos básicos e/ou executivo de <u>Implantação, restauração e/ou duplicação de obras rodoviárias, avenidas e/ou vias em trechos urbanos</u> , contendo projetos de pavimentação.
	Experiência comprovada na função de Coordenação Geral, responsável pelos serviços de elaboração de Projetos básicos executivo de <u>Implantação, restauração e/ou duplicação de obras rodoviárias, e/ou vias em trechos urbanos</u> , abrangendo geometria e projetos de drenagem urbana e ciclovias.
	Experiência comprovada na função de Coordenação Geral, responsável pelos serviços de elaboração de Projetos básicos e/ou executivo de <u>Implantação, restauração e/ou duplicação de obras rodoviárias, avenidas e/ou vias em trechos urbanos</u> , incluindo estudos de transporte, estudos e contagem de tráfego.
	Experiência comprovada na função de Coordenação Geral, responsável pelos serviços de elaboração de Projetos básicos e/ou executivo de <u>Implantação, restauração e/ou duplicação de obras rodoviárias, avenidas e/ou vias em trechos urbanos</u> , com utilização da metodologia BIM - Building Information Modeling.
ENGENHEIRO(A) SENIOR DE PROJETOS RODOVIÁRIOS Tempo de formado	Experiência comprovada na função de engenheiro e/ou responsável técnico pelos serviços de elaboração de projetos básicos e executivos de: <u>Implantação, restauração e/ou duplicação de obras rodoviárias, avenidas e/ou vias em trechos urbanos</u> , incluindo estudos de tráfego e projetos de pavimentação, geométrico, drenagem, sinalização.
	Experiência comprovada na função de engenheiro e/ou responsável técnico pelos serviços de

≥ 10 anos	elaboração de projetos básicos e executivos de: <u>Implantação, restauração e/ou duplicação de obras rodoviárias, avenidas e/ou vias em trechos urbanos</u> , incluindo Projeto de Interseções e Ciclovia.
	Experiência comprovada na função de engenheiro e/ou responsável técnico pelos serviços de elaboração de projetos básicos e executivos de: <u>Implantação, restauração e/ou duplicação de obras rodoviárias, avenidas e/ou vias em trechos urbanos</u> , com a utilização da metodologia BIM - <i>Building Information Modeling</i> .
ENGENHEIRO(A) SENIOR DE PROJETOS URBANOS Tempo de formado ≥ 10 anos	Experiência comprovada na função de engenheiro e/ou responsável técnico pelos serviços de elaboração de projetos básicos e executivos de: <u>Implantação, restauração e/ou duplicação de obras rodoviárias, avenidas e/ou vias em trechos urbanos</u> , incluindo projetos básicos e executivos de drenagem urbana e sinalização viária.
	Experiência comprovada na função de engenheiro e/ou responsável técnico pelos serviços de elaboração de projetos básicos e executivos de: <u>Implantação, restauração e/ou duplicação de obras rodoviárias, avenidas e/ou vias em trechos urbanos</u> , que contenham a utilização com a utilização da Plataforma BIM - <i>Building Information Modeling</i> .
	Experiência comprovada na função de engenheiro e/ou responsável técnico pelos serviços de elaboração de projetos básicos e executivos de: <u>Implantação, restauração e/ou duplicação de obras rodoviárias, avenidas e/ou vias em trechos urbanos</u> , incluindo projetos terraplanagem, pavimentação e geométrico.
ENGENHEIRO (A) ORÇAMENTISTA Tempo de formado ≥ 5 anos	Experiência comprovada na função de engenheiro e/ou responsável técnico pelos serviços de elaboração de projetos básicos e executivos de: <u>Implantação, restauração e/ou duplicação de obras rodoviárias, avenidas e/ou vias em trechos urbanos</u> com atuação em elaboração de orçamento em obras Públicas.
ENGENHEIRO CIVIL E/OU ARQUITETO(A) URBANISTA Tempo de formado ≥ 5 anos	Experiência comprovada na função de arquiteto/ou responsável técnico pelos serviços de elaboração de projetos básicos e executivos de: <u>Implantação, restauração e/ou duplicação de obras rodoviárias, avenidas e/ou vias em trechos urbanos</u> , incluindo urbanização contendo passeios e ciclovia.
ENGENHEIRO(A) AMBIENTAL PLENO Tempo de formado ≥ 5 anos	Experiência comprovada na função de engenheiro ambiental e/ou responsável técnico pelos serviços de elaboração de projetos básicos e executivos de: <u>Implantação, restauração e/ou duplicação de obras rodoviárias, avenidas e/ou vias em trechos urbanos</u> serviços projetos e estudos para licenciamento ambiental e prognóstico ambiental, recuperação e controle ambiental.
ASSISTENTE SOCIAL PLENO Tempo de formado ≥ 5 anos	Experiência comprovada na função de Assistente Social, ou responsável técnica pelos serviços de diagnóstico socioeconômico das comunidades afetadas, oficinas e validação do diagnóstico, visitas domiciliares junto a família afetadas, elaboração do projeto de trabalho social

22.6.6.2. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se seja vencedor desta licitação;

22.6.6.3. A comprovação do vínculo profissional a que se refere ao item **21.6.7.2** pode se dar mediante a apresentação de contrato de trabalho, anotações da CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social ou, no caso de prestador de serviços autônomo, do respectivo contrato de prestação de serviços. No caso de sócio(s), deverá o licitante apresentar cópia do contrato social atualizado;

22.6.6.4. No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 67, § 6º, inciso VI, da Lei nº 14.133, de 2021, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração;

22.6.6.5. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia;

22.6.6.6. Não será(ão) aceito(s) atestado(s) ou certidão(ões) fornecidos pelo mesmo grupo empresarial do licitante;

22.6.6.7. É vedada a indicação de um mesmo responsável técnico por mais de uma licitante, fato este que inabilitará todas as envolvidas;

22.6.6.8. Deverá apresentar declaração de que não utiliza de mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos da Lei 9.854, 1999;

22.6.6.9. Os licitantes devem anexar no sistema as seguintes declarações complementares:

- Declaração de pleno cumprimento dos requisitos de habilitação;
- Declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos neste edital;
- Declaração que sua proposta econômica compreendem a integralidade dos custos;
- Declaração que não possui em seu quadro societário servidor público;
- Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e em outras normas específicas.

23. RESCISÃO CONTRATUAL

23.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas no art. 137 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;

23.2. O contrato a ser celebrado poderá ser rescindido, por mútuo interesse entre as partes, atendidas a conveniência da CONTRATANTE, de forma imediata e independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, recebendo a CONTRATADA o valor correspondente ao objeto entregue.

24. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

24.1. Os acréscimos ou supressões que se fizeram necessários no quantitativo de fornecimento não ultrapassarão o montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato como dispõe o art. 125, da Lei Federal n. 14.133/2021;

24.2. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a CONTRATANTE deverá restabelecer, no mesmo termo de aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, durante a vigência do contrato;

24.3. O prazo contratual poderá ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, de acordo com a necessidade da Administração e a disponibilidade de créditos orçamentários de acordo com art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021;

24.4. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da publicação do contrato;

24.5. Dentro da vigência contratual e mediante solicitação da Contratada, os preços poderão ser reajustados, após um ano da publicação do contrato, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, refletindo a variação dos custos dos serviços técnicos especializados de engenharia;

24.6. O reajuste incidirá exclusivamente sobre as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

24.7. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

24.8. No caso de o índice estabelecido para o reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

24.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

24.10. O reajuste será realizado por meio de Termo Aditivo;

24.11. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, assim como que sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato e que não haja prejuízo à execução do objeto pactuado, devendo a CONTRATANTE anuir expressamente a continuidade do contrato.

25. DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. A contratada quando da apresentação de documentação de habilitação deverá informar qual o endereço eletrônico será utilizado para trocas de correspondências, comunicados, termos contratuais, empenhos e demais atos pertinentes a fiel execução do objeto contratado;

25.2. O contrato deverá ser publicado, por meio de extrato no Diário Oficial do Estado (DOE) com vista a possíveis alterações e avisos;

25.3. Os casos omissos e as dúvidas que surgirem quando da execução do contrato serão resolvidas entre as partes contratantes por meio de procedimentos administrativos.

26. ANEXOS

26.1. ANEXO I - Diretrizes e Metodologias (SEI nº 37398248).

26.2. ANEXO II - Sinistros de Trânsito 2020-2024 (SEI nº 37404768)

26.3. ANEXO III - Documento Matriz de Riscos (SEI nº 37404786)

26.4. ANEXO IV - Orçamento e Cronograma Físico-Financeiro Roberto Freire (SEI nº 37410105).

26.5. ANEXO IV - Peças Técnicas - Orçamento Roberto (SEI nº 37410134).

Natal, na data da assinatura eletrônica.

Danrley Xavier Gomes
Engenheiro Civil e Diretor de Obras e Operações do DER/RN
Matrícula: 242789-3

Francemberg Ferreira Dutra
Engenheiro Ambiental e Pesquisador-Bolsista do Projeto de Inovação
do DER/RN
Matrícula: 242778-8

Letícia Azevedo de Farias Pereira
Ma. em Engenharia Civil e Coordenadora do Projeto de
Inovação do DER/RN
Matrícula: 249961-4

Israel Caldas Júnior
Engenheiro Civil e Coordenador de Projetos Especiais (SIN)
Matrícula: 241242-6



Documento assinado eletronicamente por **DANRLEY registrado(a) civilmente como DANRLEY XAVIER GOMES, Diretor de Obras e Operações**, em 11/12/2025, às 14:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **LETICIA AZEVEDO DE FARIAS PEREIRA, Coordenadora Técnica Projeto de Inovação DER/FAPERN**, em 11/12/2025, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **FRANCEMBERG FERREIRA DUTRA, Bolsista**, em 12/12/2025, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Israel Caldas Junior, Coordenador de Projetos Especiais**, em 12/12/2025, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **38082965** e o código CRC **85D0C943**.